

MODERNIZAÇÃO E POLÍTICA

RAIMUNDO SANTOS*

Uma releitura do tema da modernização das sociedades agrárias pode constituir-se num exercício desconstrutivo do imaginário jacobino-leninista, rico em antecedentes interessantes para compor a agenda de uma nova cultura política da esquerda brasileira. Este texto limita-se a fazer alguns registros bibliográficos que relevam certos aspectos da problemática associação entre modernização e política, aqui apresentada como o enigma não resolvido no pensamento da esquerda.

O fato de que os nomes que logo emergem, antes dos marxistas, sejam os de Weber, Rostow, Gerschenkron, Bendix, Eisenstadt não desaconselha que se inicie por eles a colocação do problema destas notas: o enfraquecimento do modelo único na interpretação da modernização burguesa e as alterações na formulação da política socialista.

Um primeiro texto que, em certo sentido, suscita a primeira parte da problemática é o velho livro de Rostow. O fato de que ele considere o marxismo como uma simples teoria modernizante e o veja como um hegelianismo de etapas inexoráveis confere-lhe interesse, sobretudo pelas comparações que faz.¹

Fascinado pela Grã-Bretanha, menosprezando outras experiências, Marx restringira o seu estudo. Nunca decifrara a história russa e a sua concentração num único caso o prendera a uma imagem simplista do industrialismo. O apego à classe média e ao motivo do lucro dos economistas clássicos levaram-no a desconsiderar o papel do nacionalismo, decisivo nas vias "não-clássicas" de modernização, não lhe permitindo, ademais, equacionar o problema do Estado independente moderno. Definindo o seu sistema categorial até 1848, quando depois nada mais lhe pareceu relevante, naturalmente as suas projeções teriam que enfrentar não poucos problemas.²

De acordo com Rostow, inclusive o complemento

dessa filosofia econômica, o politicismo leniniano do estudo sobre o imperialismo só ganharia notoriedade em 1914-18 e, depois, na crise de 1929. E isso enquanto a enfermidade capitalista prolongara-se e não se preparara o sistema para o pleno emprego e a entrada em cena dos novos setores (moradias suburbanas, automóveis, etc), como na experiência americana da passagem para a etapa do consumo de massa. Enquanto técnica política, o leninismo cumpriria função formidável na URSS, tanto na conquista do poder como durante a criação das pré-condições para o industrialismo, à semelhança da restauração Meiji, não podendo erigir-se como modelo para as sociedades complexas.³

Considerando outros casos, sobretudo o da experiência alemã do nacionalismo, das coligações pluriclassistas e da intervenção estatal, o historiador econômico pretendeu que as suas etapas tivessem valor geral. O seu "manifesto não-comunista", recheado de indeterminismo e com base analítica setorial *per se*, produziria tão-somente uma tipologia rica em sugestões, porém ocidentalista e aleatória (agrega casos atípicos, mas não confere caráter modelar às singularidades, como as prussianas); não passa, no fim, de um formalismo universalista.

Por sua vez, Eisenstadt adverte sobre as limitações do conceito de "revolução pura" — uma auto-imagem construída a partir de caracteres tais como: totalidade da mudança revolucionária, descontinuidade e novidade (violência) em relação ao *ancien regime*; todos eles elementos retirados das "grandes revoluções". Como causas: frustrações e distúrbios de raízes profundas; como seus resultados: deslocamento de elites, mudancismo generalizado, ruptura com o passado, novas ideologias — com tais traços a "revolução pura" só se configuraria em contextos específicos. Ao considerar outros casos tão importantes quanto os da "revolução pura", a identificação de processos não-

* Professor da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro. Publicou, entre outros, os livros *A primeira renovação pecebista* (Oficina de Livros, 1988) e *O pecebismo inconcluso* (Sociedade do Livro, 1994).

revolucionários de transformação social, bem como de outras experiências modernizantes de sociedades tradicionais, passaram a ser uma tarefa crucial da historiografia. Eisenstadt cobra das interpretações do fenômeno revolucionário o equívoco da exclusividade da revolução, como único meio de transformação das sociedades.⁴

Barrington Moore também contribui para enfraquecer a idéia de modelo único. A associação entre elites agrárias e regime político leva-o a distinguir as três "vias políticas" de modernização: a do capitalismo com democracia (as "revoluções burguesas"); a via autoritária (as "revoluções pelo alto" da Alemanha e do Japão); e a construção da sociedade comunista empreendida pelas revoluções camponesas (Rússia e China).⁵ A recepção das idéias de Moore no Brasil deve-se mais à variante da "modernização conservadora", pelos traços do modelo: mudanças agrárias que levam ao crescimento; meios políticos para sujeitar a mão-de-obra; governos reacionários empreendedores da "revolução pacífica pelo alto"; presença estatal na construção industrial; conservação das estruturas sociais. etc.⁶

O fato de Moore priorizar a revolução clássica não é relevante, conquanto ele o faça por postura ético-moral, focalizando-a como *locas* concretizador dos ideais de racionalidade, justiça e igualdade.⁷ Inclusive Theda Skocpol insiste em dizer que, ao defini-la pelo sistema político, diversamente dos outros modelos, a "via política" clássica termina sendo residual na construção de Moore.⁸ O próprio Moore considera problemática a categoria "revoluções burguesas", advertindo para a necessidade de se distinguir entre os participantes da revolução e os grupos que se beneficiam dos seus resultados institucionais.⁹

É útil registrar algumas objeções a Moore. Enquanto alguns autores apontam determinismo social, em lugar de uma melhor conexão entre economia e grupos agrários, impedindo-o de ver os atores sociais como sujeitos capazes de escolhas políticas, outros atentam para o fato de que a sua consideração sobre o Estado limita-se às habilidades das chefias políticas nos processos modernizantes à Bismarck, em vez de dar importância ao aparato de poder como tal, na construção da nova ordem.¹⁰

À margem desse comparativismo, o marxismo, por sua vez, sempre fora lido como uma mudança rupturista.¹¹ A tradição é a do *Manifesto Comunista* e a da sua teoria das duas revoluções (burguesa-proletária), embora existam escritos menores que equacionam os problemas apontados nas objeções às "vias políticas" de Moore, aparecendo aí tais elaborações como pontos de ruptura com a unilateralidade usada na historiografia marxista.

Se é difícil incluir nessa bibliografia o texto engelsiano sobre o programa de Erfurt, não se pode esquecer que, ao considerar o padrão prussiano de capitalismo, Engels tendeu para o tema das vias não-clássicas e para o problema da reformulação da política, sobretudo à hora em que definiu a república democrática como instrumento de acesso ao socialismo, ao invés da fórmula francesa da ditadura do proletariado. Engels tinha em mente uma "revolução democrática" diversa da estratégia do *Manifesto*, como afirma na famosa Introdução a *As Lutas de Classe na França*, de 1895, defendendo as instituições políticas como meios idôneos para alcançar o socialismo. O interesse pelas vias não-clássicas e a reformulação da política socialista vai aparecer justamente nos textos "esparcos", principalmente os de Lênin e Gramsci.¹² Enquanto os escritos do último questionam, solitariamente, o modelo causador de vários fracassos revolucionários nos anos 20, 1917 dramatiza a divisão entre o socialismo evolucionário sensível à "reorganização do capitalismo maduro" e o marxismo comunista mergulhado na busca das contradições do sistema, para reiterar a teoria da história como revolução.

Não obstante o conservantismo doutrinário, a Lênin não passou despercebido o problema dos impasses a que se veria submetido o estrategista, se se restringisse ao paradigma clássico da revolução burguesa, como ilustram as suas análises sobre a Rússia (desde *O desenvolvimento do capitalismo na Rússia*, *Quem são os amigos do povo* ao segundo folheto sobre a revolução de 1905), sobretudo este último texto já referenciado pela via não-clássica alemã. Contudo, longe dele qualquer propensão à revisão do marxismo ou tentativa de extrair da dúvida sobre o modelo clássico de modernização alguma veleidade liberalista, como na radicalização à direita de Bemstein e Kautsky.

Em *Duas táticas da social-democracia russa* (1905) e *O programa agrário da social-democracia russa* (1907), Lênin correlaciona capitalismo e transição a partir da conformação dos blocos agrários, donde o desfecho da modernização — pelo caminho prussiano, se a condução do processo pertence aos grandes proprietários; ou pela via *farmer*, se forem os camponeses os seus protagonistas. A leitura da formação social mostrava-lhe a dramaticidade da situação e o tensionamento dos atores, convertendo a transição do tradicional para o moderno numa disputa pelo poder inconclusa; e essa leitura levava-o ao cálculo político: a democratização da sociedade russa poderia desdobrar um processo que, mesmo burguês, mas conduzido por forças jacobino-populares, haveria de abrir caminho para outro tipo de ordem social.

Anos depois, Georg Lukács vê limitações nessa sociologia, ao observar que a visão leniniana do prussianismo "não deve entender-se referida somente à questão agrária em sentido restrito", e procura estender o modelo de Lênin a todo o desenvolvimento capitalista, inclusive à compreensão da ideologia irracionalista da sociedade burguesa alemã contemporânea.¹³

Na reflexão leninista-Lukácsiana, dada a tendência a ver a variante conservadora mais como dificuldades interpostas a uma evolução geral, não se colocava o tema das "revoluções pelo alto" como tal. No entanto, esses autores já tinham percebido, destoando da interpretação clássica, a importância do Estado no processo burguês, reconhecendo-lhe a função *supletiva* à missão dos grupos sociais fundamentais. O primeiro deles não propõe mais que realismo político (Lênin); o segundo não ultrapassa a flexibilização da estratégia socialista, já admitida ao modo engelsiano, relançando a via da democratização política da sociedade, cinquenta anos depois (Lukács).

Já a tese gramsciana sobre o *Risorgimento*, ao utilizar um contexto explicativo histórico-cultural vasto e complexo, constitui uma variante com maiores possibilidades analíticas. A originalidade consiste em que Gramsci estuda a debilidade da sociedade civil e do Estado num contexto de modernização, a partir do marco da cultura italiana inteira, vale sublinhar, do ponto de vista da cultura. Ele não somente prioriza a irrupção das massas na política (signo de 1929), como sobretudo procura enfatizar a formação de uma vonta-

de coletiva capaz de realizar a "revolução contemporânea", a necessidade de unir baixa e alta culturas; a identidade entre história, filosofia e política. Mais do que nos modelos americano, inglês ou alemão, Gramsci inspira-se em 1789, por ser a experiência mais "progressista" e "mais popular", não no sentido econômico, mas, por ser ali onde mais se realizou a contribuição harmoniosa entre os simples e os intelectuais.¹⁴

Diferentemente de Marx e Engels, que valorizavam as grandes figuras da esquerda *risorgimentista*, Gramsci corrigia o lugar-comum e esclarecia que a unificação italiana, entre as soluções republicana e a da dinastia dos Sabóias, resolvera-se de modo conservador, muito em função das atitudes do Partido da Ação.¹⁵ A observação derivava da comparação que ele fazia entre o radicalismo jacobino francês, que cumprira função dirigente, radicalizando os aliados agrários e empurrando a burguesia para a ruptura radical com o passado, e as debilidades do partido nacional-popular italiano, hesitante em empreender a revolução agrária.¹⁶

A importância do conceito de *revolução passiva*, criado para referir tal tipo de modernização, está no registro do movimento simultâneo de restauração/conservação da velha ordem e de renovação/incorporação do moderno. Ademais, pelas suas "causas-efeitos": a função que o Estado assume em substituição à classe hegemônica do modelo clássico; e o consenso que a coalizão no poder necessita para realizar uma "ditadura sem hegemonia" mediante o transformismo, o "documento histórico" do processo de formação da classe dirigente, quer pela via da absorção de lideranças, quer cooptando grupos sociais inteiros.¹⁷

A noção de *revolução passiva* comporta várias dimensões. Primeiro reflete o "paradoxo" de uma classe débil, "chamada" a realizar sua historicidade na circunstância em que o impulso ao moderno não provém diretamente dela, mas de grupos intelectuais que, realizando o Estado *como absoluto*, empreendem um *reformismo conservador*, como no *Risorgimento*. Depois, mais emblemático: a *revolução passiva* do capitalismo financeiro, convertendo o reformismo numa multidão de processos moleculares, desde as múltiplas formas da primeira fase até um novo tipo de

transformismo, culminando na substituição do Estado *separado* por uma relação instituições-massas muitíssimo mais ampliada. Para contrarrestar esse processo de desnaturamento dos grupos subalternos, Gramsci, como se sabe, repensa radicalmente 19177, através da noção alternativa da "guerra de posições", considerada, depois, ponto de partida para uma estratégia democrática ao socialismo.

A categoria seria não só cânone de *interpretação historiográfica* para conotar o passado, mas também *elemento da ciência política*, ou seja, *revolução passiva* como fenômeno histórico-universal, que se estende desde a reorganização fascista da sociedade civil e da experiência americanista, para referir-se (só como cânone tipo *Prefácio* de 1859?) a um novo mundo de novíssimos seres sociais, onde uma outra cultura, embora sem direções "objetivantes", há muito já disputa a orientação societária.¹⁸

O que se quer sugerir é que, à medida que Gramsci desenvolve a problematização axial do "como surge o movimento da história dada uma estrutura determinada", a "irregular" *revolução passiva* emerge como uma categoria que poderia ser tomada como parâmetro reequacionador da relação modernização/política, enquanto nova problematização da formulação da política, à luz de um outro entendimento (no marxismo) da relação (não-linear) entre economia e política.

Essa problematização constitui o pano de fundo de nossa pesquisa mais antiga.¹⁹ Por exemplo, faz-se presente na intelectualidade comunista brasileira, que levou adiante as mais relevantes controvérsias sobre a política pecebista contemporânea. Os clássicos dos anos 50/60 — Caio Prado Jr., crítico da política de frente única desde a teorização do "capitalismo agrário" e de sua descrença na modernização do país; e Nelson Werneck Sodré, o seu conspícuo "formulador", a partir do seu "desenvolvimentismo" — mesmo referenciados pelo modelo único de modernização, poderiam ser considerados como sérios esforços para a construção no PCB de uma nova teoria de Brasil. Os ensaístas do começo dos anos 80, conhecidos como "eurocomunistas brasileiros", trabalhando Lênin, Gramsci e Moore, distanciaram-se dos impasses a que o paradigma clássico tem levado.²⁰ Estes últimos

recusaram, como diria Daniel Pécaut, tanto o paradigma da política-consequência do "estrutural", "própria" do radicalismo dos anos pós-64, quando a política foi substituída pelo catastrofismo econômico, quanto da fragmentação do fazer político, depois, quando enfraquecem os grandes mitos unificadores por onde tudo se via.²¹

Durante todo aquele seu tempo de maior gravitação, além de problemas em suas imagens de Brasil, os clássicos comunistas arcaram com a pesada hipoteca do marxismo-leninismo e por isso não puderam oferecer maior contribuição para a política pecebista democrática. Os mais jovens, depois, na hora de atravessar a crise do marxismo dos anos 70, pagariam o pedágio da origem comunista e nem todos foram além, prosseguindo a "discussão eurocomunista brasileira" no pós-marxismo. Talvez por esta razão seguiriam posteriormente rumos diversos, quem sabe, num momento em que ainda podiam (no final dos anos 80) dar muitos passos à frente, contribuindo, senão para recuperar o retardo em que se achava o PCB, quase às vésperas de sua autodissolução, pelo menos para prolongar o debate característico da intelectualidade pecebista.

¹ Cf. *As etapas do desenvolvimento econômico*, ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1960.

² O seu malthusianismo não se confirmou num crescimento suicida do exército de desempregados, nem a teoria sobre os salários (reais) estagnados levou ao colapso capitalista. O sistema não só registrou a aceitação dos sindicatos e crescentes intervenções políticas na economia, como produziu o *resultado inesperado* do *Welfare State*, num sistema decisional não orientado exclusivamente pela maximização do lucro Idem.

³ Op. cit

⁴ Cf. *O papel da revolução na transformação das sociedades*, ed. Zahar, Rio de Janeiro, 1979.

⁵ Cf. *Origens sociais da ditadura e da democracia*, Martins Fontes, S. Paulo, 1983.

⁶ Idem.

⁷ Elisa P Reis: "Sociedade agrária e regime político", in *Dados* nº 23, vol. 23, Rio de Janeiro, 1980.

⁸ "A critical review of Barrington Moore origins of dictatorship and democracy", *apud* Elisa P. Reis. op. cit.

⁹ Moore, op. cit.

¹⁰ *Apud* Elisa P. Reis, op. cit.

¹¹ Habermas já observara que ele se nutria de *iluminismo político* das forças produtivas. Cf. "Ciência e técnica enquanto ideologia" (1968), in *Adorno, Horkheimer e Habermas*, Os pensadores, Abril, S. Paulo, 1980.

¹² Tais reflexões não têm maior aproveitamento no marxismo oficial. Aliás, muitas outras análises permanecem submersas.

Ver, por ex., a interessante introdução de V. Strada a *Qué hacer?* de Lênin, apresentando muitos antecedentes da posição "ocidentalizante" dos mencheviques (ed. Era, México, 1982).

¹³ Cf. "Algunas características del desarrollo histórico de Alemania" in *El asalto a la razón*, Barcelona, 1976.

¹⁴ Cf. A. R. Buzzì: *La teoría política de A. Gramsci*, ed. Fontanella, Barcelona, 1969.

¹⁵ Cf. Manlio Macri: "Gramsci en escorzo", Introdução a Antônio Gramsci: *El 'Risorgimento'*, Buenos Aires, Granica, 1974.

¹⁶ Cf. A. Gramsci: *El 'Risorgimento'*, op. cit.

¹⁷ Idem.

¹⁸ Dora Kanoussi e Javier Mena desenvolvem essa "ampliação" do conceito no livro *La revolución pasiva: una lectura de los Cuadernos de la Cárcel*, Univ. de Puebla, Puebla, 1985.

¹⁹ Cf. R. Santos: *O pecebismo inconcluso*, 2a. ed., ed. EDUR/Sociedade do Livro, Rio de Janeiro, 1994; R. Santos: *Modernização e política*. Eds. Forense Universitária/UFRRJ, Rio de Janeiro, 1996.

²⁰ Ver a ensaística de Ivan Ribeiro, Carlos Nelson Coutinho e Luiz Werneck Vianna. Cf. *O pecebismo inconcluso*, op. cit.

²¹ Cf. Daniel Pécaut: *Os intelectuais e política no Brasil*, Ática, S. Paulo, 1990. Os nomes desses mitos naqueles tempos de certezas: nacional-desenvolvimentismo, dependência; e, por que não, o marxismo-leninismo, para a esquerda comunista.